

PARA ALÉM DO 22: as províncias do Norte e a construção do Império do Brasil

Edyene Moraes dos Santos

Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Assis. Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
edyene.moraes@ufma.br / <http://orcid.org/0000-0002-6057-7106>

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/PPGCP/UFPI.
johny@ufpi.edu.br / <http://orcid.org/0000-0003-3082-1785>

Roni César Andrade de Araújo

Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – DEHIS/CCH – PPGHIS/UFMA.
roni.araujo@ufma.br / <http://orcid.org/0000-0003-0709-3812>

Recebido: 30/06/2023; Aceito: 29/08/2023; Publicado: 26/12/2023.

NOTA EDITORIAL

No plano das produções historiográficas, dos eventos acadêmicos, das *lives* e rodas de conversas, o ano de 2022 foi marcado pela celebração das efemérides dos 200 anos da Independência do Brasil. Naqueles espaços de construção do saber histórico, a presença de pesquisas que extrapolavam o chamado “eixo Rio-São Paulo” e voltavam seus olhos para as “Províncias do Norte” eram, por vezes, acompanhadas de ressalvas quanto ao que podemos chamar de “outros 200 anos”, que viria a se efetivar, cronologicamente, em 2023. No cerne daquelas discussões, ganhou cada vez mais adeptos a ideia da Independência pensada sob uma perspectiva mais heterogênea e particular. Assim, o que se viu foi o acréscimo aos debates sobre o sentido de independência a partir das experiências particulares das províncias do norte. Como se sabe, um olhar apenas centrado no processo de emancipação do eixo Sul-Sudeste não pode ser tomado como modelo único de construção histórica. A essa questão, somava-se uma plêiade de pesquisas que nos últimos anos pensam a História do Brasil a partir das múltiplas realidades que o imenso espaço territorial português, na América, dispunha.

Os processos desencadeados pelo 7 de setembro e no pós-Independência colocaram em evidência a existência de vários “brasis” dentro de um mesmo território. Uma suposta homogeneidade nacional, que a historiografia tradicional sistematizou ao longo dos anos, passou a não encontrar mais sustentação à medida que novas pesquisas e pesquisadores/as ganharam força, evidenciando que uma leitura simplificada sobre a nova nação emancipada do domínio português sempre fora um equívoco interpretativo complicado de digerir – e justificar. Especialmente para algumas províncias do Norte, não apenas a separação do Império português encontrou forte resistência, como todo o desenrolar em torno da constituição desse novo país ao longo do século XIX requereu um campo de ação nas disputas por espaço entre as províncias periféricas e a Corte centrada no Rio de Janeiro.

As lutas de resistência desencadeadas na Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco colocavam em dúvida a unanimidade do projeto de Brasil pensado e desejado pelas elites sulistas. A reação do Norte, muitas vezes violenta e considerada anárquica e a expressão dessas várias “independências” demonstrava, em parte, o que iria resultar, nos anos seguintes, na luta pela descentralização administrativa e maior independência das províncias. Em outras palavras: o movimento de resistência ao poder centralizado no Rio de Janeiro ultrapassou o limite dos debates quanto aos acontecimentos de 1822 e adentrou o século XIX, legando para as décadas posteriores um desequilíbrio de forças que marcou as fases de construção da nação, assim como um gradual processo de “abandono” do norte do país, do ponto de vista econômico, político e também historiograficamente falando... Pode-se dizer que a mudança do eixo econômico do país do Norte para o Sudeste, por volta da primeira metade do século XIX, tenha contribuído, ao menos em parte, para esse gradual abandono.

Felizmente, a velha descrição pacífica da emancipação, como um acordo de cavaleiros encabeçada pelas elites e com um simbólico e romântico ato às margens do riacho Ipiranga, tem sido gradualmente substituída pelas narrativas dos movimentos populares de resistência, da junção ou desencontro de interesses de vários estratos sociais, das lutas pelo poder intraelite, da participação de grupos sociais desprovidos do direito de cidadania e movimentos de contestação que, dentre outras questões, atribuem ao enredo tradicional uma outra perspectiva. A Batalha do Genipapo no Piauí, a intervenção do Almirante Thomas Cochrane no Maranhão e na Bahia, a violenta campanha de John Pascoe Grenfell no Pará são amostras que permitem repensar que os discursos até pouco tempo formulados para demonstrar a unicidade de projetos e ideias provenientes das províncias do eixo Sul-Sudeste são perfeitamente questionáveis – e passíveis de uma

revisão. Ou pelo menos, não podem ser tomadas como o único olhar possível a respeito do tema.

Tendo em conta que essas dissonâncias não nasceram em 1822, mas foram se avolumando a partir de então, adentramos as décadas seguintes com uma série de desafios difíceis de equacionar. Os conflitos do período Regencial que evidenciavam o fracasso de um projeto nacional que não considerava prioritárias as necessidades e a voz das populações menos favorecidas ou pela autonomia das províncias - esta última tão cara aos habitantes do norte - resultaram conflitos complexos e de múltiplas articulações como a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão e a Revolta dos Malês e Sabinada na Bahia. A trono vazio e as intensas disputas entre as elites provinciais, assim como o desejo de centralização do poder em torno da Corte fluminense, transformaram o momento da gênese da recém-emancipada nação em um dos períodos mais conflituosos da história do Brasil. Nesse contexto, vinham à tona inúmeros projetos regionais, calcados nas especificidades de cada lugar, na lenta e íntima construção das diversas identidades, vozes, etnias e interesses que ajudaram a moldar o ambicioso projeto de nação.

O cabo de guerra dos debates em torno da centralização *versus* descentralização político-administrativa colocava em evidência as disputas em torno de um projeto federalista que, por sua vez, destacava a fragilidade da nova nação. As primeiras décadas pós-1822 foram marcadas, dentre outras coisas, por uma série de arranjos e rearranjos entre as elites políticas centrais e regionais. O medo da sublevação das massas, a exemplo da revolta de escravos na colônia francesa de Saint Domingue (depois denominada como Revolução Haitiana), o temor da repetição da experiência republicana na América espanhola (incluindo o esfacelamento do território), as reformas liberais da década de 1830, dentre outros cenários, demonstravam que mais que um pacto federalista difícil, a construção do Estado Nacional também contou com a negociação e a participação dos grupos dirigentes provinciais, mesmo as mais periféricas. No entanto, nem todas essas questões foram suficientes para colocar a narrativa sobre a cultura histórica produzida no norte como uma análise considerável na historiografia nacional “oficial”.

Não se pode descartar o importante papel exercido pela filosofia liberal nesse processo. Modernizante, civilizatório e doutrinário, o Liberalismo do século XVIII e XIX foi adotado no Brasil como credencial para reconhecimento, enfim, de sua suposta maturidade política. Para cumprir a meta, era necessário rezar a cartilha da modernização e adotar modelos e pressupostos conceituais fabricados na Europa, adaptados, claro, às condições da pátria tropical. A Constituição de 1824, a montagem de um sistema eleitoral representativo (previsto na própria constituição) e a adoção dos padrões jurídicos dos

partidos políticos ingleses e franceses, são apenas alguns poucos exemplos dessa tentativa de adequação ao sistema liberal. Nesse intervalo, existiram muitas propostas (e tentativas) regionais de se adaptar à recomendação do poder central, mesmo que as diferenças locais e regionais tendessem a arranjos que levassem em consideração suas singularidades.

A narrativa na historiografia tida como oficial, especialmente sob o olhar dos clássicos, e o processo de fundação de uma cultura histórica tipicamente brasileira teve, em 1838, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e a publicação da obra História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo Varnhagen, em 1854, o pontapé inicial da inauguração de uma história nacional, pretensamente “homogênea” centrada praticamente na parte de baixo do mapa e que já apontava as tendências que seriam adotadas dali em diante. Têm-se nessa descrição clássica, um olhar elitista, que procurava legitimar nossas origens oligárquicas como um triunfo e um projeto de nação centrado numa única região do país. Muitos anos foram necessários para compreender que, para traduzir o Brasil, é preciso entendê-lo como um lugar forjado pela junção de muitas outras narrativas, diversas vivências, múltiplas vozes e interpretações.

Assim, a partir da proposta da inversão do eixo de análise - na trilha dos estudos que pensam a Independência do Brasil e a formação do Estado Nacional enquanto um longo e complexo processo, do qual participaram, a seu modo, múltiplas personagens e interesses -, este dossiê se propõe a pensar a construção do Império do Brasil para além do ano de 1822, em todas as suas dimensões. Se não podem ser ignoradas no que tange às especificidades históricas da heterogênea colônia portuguesa na América, as guerras pelas independências que, em 1823, marcaram os territórios das Províncias do Norte, fundamentais para o avanço no saber histórico sobre os projetos de Brasil forjados a partir de 1822, não podem limitar a análise sobre o papel daquelas Províncias no processo de construção do Estado Imperial.

As reflexões que se propõem aqui se substanciam nos diálogos do Laboratório de Estudos do Maranhão Imperial (Lemi), ao Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (Nemo), vinculado ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, ao Núcleo de História, Memória, Sociedade e Política e também ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, todos cadastrados junto ao CNPq.

A chamada para este dossiê teve como objetivo fomentar o debate acerca do processo de formação do Estado Imperial do Brasil, que não se encerra em 1822, mas que pode ser analisado a partir das especificidades das Províncias do Norte, envolvendo pesquisadores, docentes e discentes interessados nessa temática, como forma de incentivar

investigações e colaborações acadêmicas no Maranhão e em outras regiões do Brasil e do exterior.

Boa leitura!

São Luís, dezembro de 2023.

Edyene Moraes dos Santos

Johny Santana de Araújo

Roni César Andrade de Araújo.

Como citar:

ABNT

SANTOS, E. M.; ARAÚJO, J. S.; ARAÚJO, R. C. A. Nota Editorial – Para Além do 22: as províncias do Norte e a construção do Império do Brasil. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.24, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.24>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APA

Santos, E. M., Araújo, J. S., & Araújo, R. C. A. Nota Editorial – Para Além do 22: as províncias do Norte e a construção do Império do Brasil. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.24, 2023. Recuperado em 26 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.24>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

